

ANÁLISE DE UMA REDE AGROALIMENTAR CÍVICA NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI, RS.

LUÍS HENRIQUE DAL MOLIN¹; CLÁUDIO BECKER²; GERMANO EHLERT POLLNOW³; DAIANE ROSCHILDT SPERLING⁴; FLÁVIO SACCO DOS ANJOS⁵

¹Graduando em Agronomia, Bolsista IC Fapergs, FAEM-UFPEL – luisdalmolin@gmail.com;

²Doutor em Agronomia, Bolsista PDJ-CNPq, PPGSPAF-UFPEL – cldbecker@gmail.com;

³Graduando em Agronomia, Bolsista IC CNPq, FAEM-UFPEL – germanogp13@gmail.com;

⁴Graduanda em Agronomia, Bolsista IC CNPq, FAEM-UFPEL – daianesperling@hotmail.com;

⁵Professor do DCSA-FAEM-UFPEL – saccodosanjoes@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Como decorrência do modelo hegemônico de consumo e abastecimento, conformaram-se as redes agroalimentares globalizadas, caracterizadas pela produção de gêneros industrializados e padronizados¹, com elevado grau de processamento da matéria prima e cada vez mais dissociados das culturas alimentares tradicionais. Não obstante, verifica-se o surgimento de iniciativas na sociedade civil organizada, que buscam instituir redes agroalimentares alternativas (GOODMAN e GOODMAN, 2007), amparando-se em estratégias que visam promover a aproximação dos consumidores com os agricultores locais.

Mais recentemente, diversos governos nacionais e regionais têm buscado inspiração nestes movimentos, elaborando políticas públicas e programas alimentares promotores de uma filosofia de valorização das dimensões sociais, culturais, éticas, ambientais e produtivas dos alimentos. Essas ações são objeto de análise à luz do estudo do se veio a chamar “Redes Agroalimentares Cívicas” (RENTING et al., 2012), as quais se orientam por aspectos como proximidade, confiança, participação e autogestão, procurando imprimir novos padrões e formas de relação entre produção e consumo de alimentos (CASSOL, 2011).

É nesse contexto que se inserem os mercados institucionais, precisamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No Brasil, através destes instrumentos de política pública o Estado vem adquirindo da agricultura familiar, ao longo da última década², um volume considerável de produtos e promovendo o estabelecimento de novos circuitos alimentares pautados pela sustentabilidade.

Diversos municípios promovem e fomentam estas formas específicas de produção e consumo. Um exemplo do que estamos tratando se desenvolve no município de Erechim. Nesta localidade, a constituição de uma rede agroalimentar, envolvendo agricultores organizados em cooperativas, gestores locais e instituições públicas, tem obtido reconhecimento nacional³ e vem repercutindo positivamente na dinâmica de desenvolvimento do município.

Assim sendo, o objetivo do artigo está em confrontar a perspectiva teórica das redes agroalimentares cívicas com um estudo de caso, analisando o funcionamento dos mercados institucionais para a agricultura familiar em Erechim, localizado na região do Alto Uruguai, RS. O estudo foi conduzido por algumas

¹ O controle desse processo se dá no âmbito das instituições de mercado, por empresas denominadas de “impérios alimentares” (VAN DER PLOEG, 2008).

² O PAA foi criado em 2003, enquanto a reformulação do PNAE ocorreu em 2009.

³ Cabe destacar que em 2010, Erechim foi um dos pioneiros em adquirir 100% dos gêneros alimentícios da Alimentação Escolar dos agricultores e agroindústrias locais.

perguntas chave, a saber: como se apresenta esta rede de produtores e consumidores? Há espaços de concertação social e qual o grau de participação e simetria entre os envolvidos? Quais os principais avanços e os desafios observados pelos integrantes dessa iniciativa? As respostas a essas e outras questões trouxeram consigo alguns subsídios relevantes à compreensão da realidade, podendo contribuir para a interpretação da realidade e melhoria da atuação estatal.

2. METODOLOGIA

O estudo que originou o presente trabalho foi realizado por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR-UFPEL) durante o segundo semestre de 2012, tendo como universo empírico o município de Erechim, RS.

Os dados primários foram coletados através de dezoito entrevistas em profundidade realizadas com diversos atores sociais diretamente implicados nos processos que afetam à dinâmica dos mercados institucionais de alimentos no município supracitado. Além disso, foi feito um levantamento de informações secundárias (documentos, matérias jornalísticas, relatórios, etc.) acerca do tema pesquisado. O conjunto de informações conformou um banco de dados, sobre o qual foi empreendida uma “análise de conteúdo” (BARDIN, 2011), através da qual foi possível extrair os resultados apresentados e discutidos neste artigo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já dissemos, os mercados institucionais de alimentos se inscrevem em um contexto de maior atuação do Estado na construção da cidadania alimentar, proporcionando a efetivação de canais de comercialização e de abastecimento locais. De acordo com RENTING et al. (2012) a aplicação do conceito de redes agroalimentares cívicas refere-se a arranjos mais amplos do que os estritamente envolvidas em práticas de produção-distribuição-consumo de alimentos, podendo também incluir novas formas de cooperação entre diferentes atores locais, que por diferentes razões estão envolvidos em novas concepções acerca das questões alimentares. Outra particularidade, segundo os referidos autores, refere-se ao fato dessa abordagem incorporar, em sua análise, os processos de mudança nos mecanismos de governança agroalimentares, mostrando a crescente importância do papel da sociedade civil (e em certa medida, das administrações locais e regionais) em comparação com as forças do mercado e dos Estados. Esse quadro é ilustrado através da Fig. 1.

Dessa forma, os mercados institucionais de alimentos correspondem, *ipso facto*, a uma inovação social, representando um importante ponto de inflexão na atuação estatal nesta área. É por intermédio destes instrumentos de política pública que se pode oferecer produtos orgânicos (reconhecidamente de qualidade superior) às crianças da rede pública de ensino e às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Este fato impõe a necessidade de lançar novos olhares acerca da construção social da qualidade, a qual esteve condicionada, ao longo do tempo, aos processos modernizantes e à perda da diversidade na produção agroalimentar. Quando se incentiva processos inclusivos e horizontais, os efeitos deles decorrentes demandam uma lógica distinta de operação, pressupondo compreender as mudanças e como estas são sedimentadas e socialmente construídas.

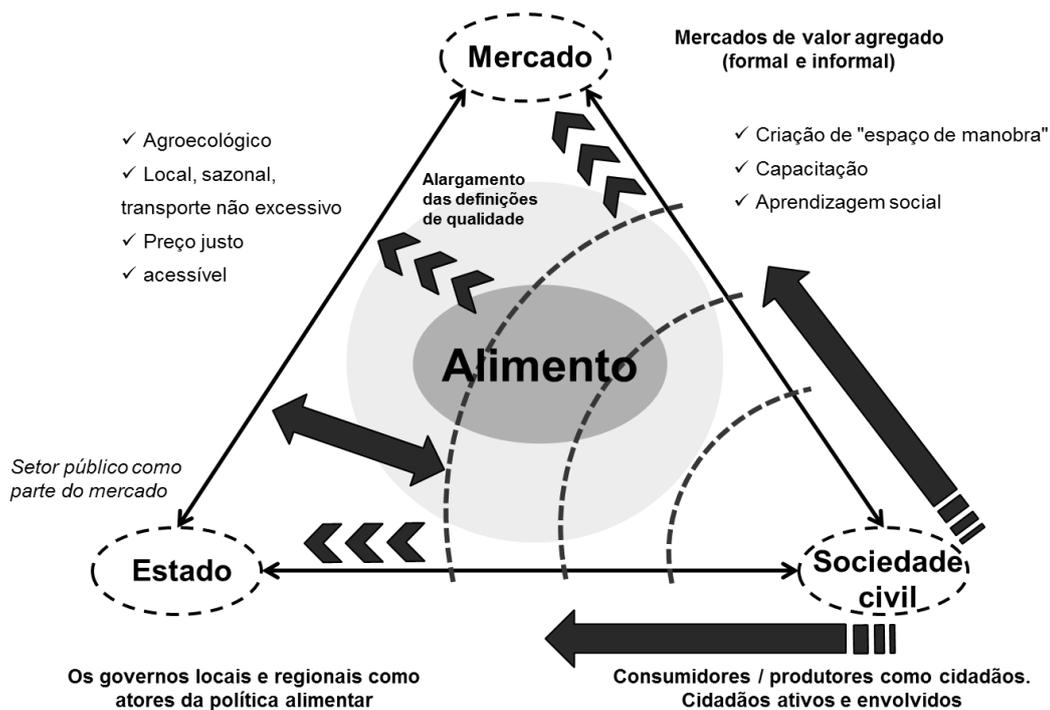


Figura 1 - Mecanismos de governança baseados na sociedade civil como fonte de dinamismo de uma inovação no sistema agroalimentar.

Fonte: Adaptado de RENTING et al. (2012).

Conforme se pode observar analisando a Fig. 1, o setor público deve ser interpretado como parte do mercado, sendo os governos locais e regionais atores da política alimentar. De outra parte, existe a valorização dos alimentos agroecológicos, respeitando a sazonalidade, a proximidade e questões de acessibilidade alimentar e preço justo. Não obstante, os consumidores e agricultores são considerados cidadãos ativos e com um elevado grau de envolvimento nas redes sociotécnicas verificadas que se constroem ao sabor desses esforços. Este é um tema crucial observado no caso analisado. Foi através da efetiva mobilização e organização social dos gestores locais, dos agricultores e de representantes dos consumidores que se deu o início da rede que dá suporte aos mercados institucionais em Erechim. O relato de um dos entrevistados é elucidativo neste sentido

[...] enfim... foi um grupo que se organizou pra fazer com que esse trabalho acontecesse. E assim, por exemplo, se uma só secretaria, só a secretaria de educação, com certeza eles não teriam chegado lá. Então, teve essa organização, desse grupo e com essa organização foi começando a se dar os primeiros passos. Primeiro foi reunir esse grupo para discutir. Reunindo esse grupo, se achou que tinha que ter o principal, a agroindústria, para saber o que eles têm o que eles produzem, para ver se eles tinham interesse em vender, se eles tinham produção suficiente, o que tinha, que produzia... e aí foi a surpresa, sabe, porque a nutricionista que era a responsável na época, e ainda está - mas agora tem uma pessoa nova - ela não imaginava que a agricultura familiar da região tinha tanto produto para oferecer, como realmente, tinha e tem uma variedade imensa [...]. (E2, Erechim, outubro de 2012).

No exemplo relatado, os gestores públicos locais tiveram uma importante atuação como indutores de uma rede que iniciou a operação dos mercados institucionais no município. Entretanto, nesses novos circuitos é imprescindível

que os envolvidos tenham a preocupação com a autogestão, não relegando a governança exclusiva da rede aos gestores públicos, sobretudo porque estes atores sociais ocupam funções temporárias. Todavia, no caso em tela, esse aspecto parece estar bem encaminhado, senão vejamos:

[...] isso já anda com as próprias pernas, já se estabilizou, né. Os produtores e a parte de entrega [fornecimento] já existe, a forma de entrega já existe, a forma de produção... já existe o contato direto, de nossa parte [gestor público] já não tem mais praticamente envolvimento nenhum. Claro, existe toda a parte de agricultores que se atingiu... existe ainda toda a parte de formação de agroindústrias e controle das agroindústrias, controle de qualidade, toda parte de análises, isso tudo ainda acontece, mas, não mais diretamente ligado à Merenda, isso já é... já anda dos produtores, cooperativa e secretaria da educação (Alimentação Escolar). (E12, Erechim, outubro de 2012).

Com base nessa rede formada objetivamente para acessar os mercados institucionais, os agricultores locais viram ampliadas suas possibilidades de reprodução social e os consumidores passaram a ter acesso a alimentos com características diferenciadas. Outro aspecto desses circuitos de abastecimento agroalimentar é a capacidade de atuar positivamente sobre as dinâmicas de desenvolvimento territorial.

4. CONCLUSÕES

As características avaliadas dão conta de que as proposições teóricas propostas pela abordagem das redes agroalimentares cívicas estão em consonância com a dinâmica dos mercados institucionais de alimentos da agricultura familiar ora em funcionamento em Erechim. Todavia, como estas formas de provisão alimentar são altamente tributárias da participação social, faz-se necessária uma ativa presença de todos os atores envolvidos no processo e a consolidação dos espaços de concertação existentes. Outro aspecto relevante tem a ver com o fato de serem programas que dependem dos rumos do quadro político nacional e que podem, portanto, sofrer solução de continuidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p.

CASSOL, A. Redes Agroalimentares Alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança. In: III Encontro Internacional de Ciências Sociais da UFPel. **Anais...** Pelotas, 2011.

GOODMAN, M.; GOODMAN, M. K. Alternative Food Networks. **Encyclopedia of Human Geography**, S.I., P. 1-25, 2007.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**. v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.